



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES – CEDUC  
DEPARTAMENTO DO CURSO DE HISTÓRIA  
CURSO EM LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**JOICE SILVA FERRAZ**

**ENTRE LOUCURA E SANIDADE: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA NA  
REPÚBLICA BRASILEIRA**

**CAMPINA GRANDE  
2024**

JOICE SILVA FERRAZ

**ENTRE LOUCURA E SANIDADE: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA NA  
REPÚBLICA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão do Curso (Artigo) apresentado ao Centro de Humanidades - CEDUC, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

**Área de concentração:** Saúde e História do Brasil.

**Orientador(a):** Prof. Dr. José Adilson Filho

**CAMPINA GRANDE  
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F381e Ferraz, Joice Silva.  
Entre loucura e sanidade [manuscrito] : a  
institucionalização da loucura na república brasileira / Joice  
Silva Ferraz. - 2024.  
32 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. José Adilson Filho, Coordenação do  
Curso de História - CEDUC. "

1. Institucionalização da loucura. 2. República brasileira. 3.  
Psiquiatria. 4. Poder público. I. Título

21. ed. CDD 362.2

JOICE SILVA FERRAZ

ENTRE LOUCURA E SANIDADE: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA NA  
REPÚBLICA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão do Curso (Artigo) apresentado ao Centro de Humanidades - CEDUC, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

**Área de concentração:** Saúde e História do Brasil.

Aprovada em: 25/06/2024.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. José Adilson Filho (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro

A todos os pacientes do hospital psiquiátrico do Juquery, local de meu nascimento, por toda a resistência e apagamento de suas histórias, dedico.

“Muito teremos de contar, narrar e aprender para não repetir os erros, mas hoje não há palavras possíveis para informar o encerramento da longa história do Juquery. Nunca mais haverá pacientes-moradores, porque hospital não é lugar de morar.”

(Mirsa Elisabeth Dellosi)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>DA LOUCURA POPULAR PARA A PATOLÓGICA .....</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>INSTITUCIONALIZANDO A LOUCURA .....</b>	<b>16</b>
<b>3.1</b>	<b>Os loucos da República .....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>LIMA BARRETO: A LUCIDEZ DO LOUCO .....</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>28</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>

## ENTRE LOUCURA E SANIDADE: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA NA REPÚBLICA BRASILEIRA

Joice Silva FERRAZ <sup>1</sup>

### RESUMO

A institucionalização da loucura no Brasil foi um processo intimamente ligado à Proclamação da República. A partir de um projeto de nação pensado pela elite republicana, a loucura deixou seu aspecto popular, passando para a área patológica. Este trabalho é um estudo acerca dos discursos alienistas responsáveis pelas transformações no modo de percepção e enfrentamento da loucura, durante a passagem do Segundo Império para a República (1870 até 1930), e tem por objetivos discorrer sobre as teorias, importadas da Europa, que nortearam a psiquiatria no Brasil; tratar da construção de asilos-colônias como um projeto sanitário da República e, por fim, abordar alguns tipos de sujeitos que foram considerados loucos, além de analisar a visão do intelectual Lima Barreto quanto a sua internação no hospício em 1919. Em se tratando da metodologia adotada, o presente estudo foi realizado a partir de uma investigação em revistas médicas brasileiras do final do século XIX e início do século XX, disponíveis em acervos digitais; nos manuscritos de Lima Barreto sobre sua internação, organizados em um livro do autor chamado “Diário do Hospício” e, ainda, foi realizada uma revisão bibliográfica de pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, como Maria Clementina Pereira Cunha e Lilian Moritz Schwarcz, considerando que tais estudos transitam nos campos filosófico, histórico e sociológico, a partir de pensadores como Foucault, Bauman e Goffman. Os resultados da análise dos discursos médicos e do paciente apontaram que a loucura foi transformada propositalmente num mecanismo da esfera institucional do poder público, que não visava o tratamento dos pacientes, como sugeriam visar, mas sim a segregação de grupos estigmatizados pela doença. Assim, a ciência psiquiátrica no Brasil decidia quem estava apto para viver em sociedade e quem deveria viver enclausurado nos muros da instituição.

**Palavras-chave:** Institucionalização da loucura; República brasileira; Psiquiatria; Poder público.

### ABSTRACT

The institutionalization of madness in Brazil was a process closely linked to the Proclamation of the Republic. From a nation project thought up by the republican elite, madness left its popular aspect, moving into the pathological area. This work is a study on the alienist discourses responsible for the transformations in the way of perceiving and confronting madness, during the transition from the Second Empire to the Republic, and its objectives are to disagree on the theories, imported from Europe, that guided psychiatry. in Brazil; dealing with the construction of asylum colonies as a

---

<sup>1</sup>Graduanda em Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: joice.ferraz1304@gmail.com



sanitary project of the Republic and, finally, addressing some types of subjects that were considered crazy, in addition to analyzing the vision of the intellectual Lima Barreto regarding his admission to the hospital in 1919. In terms of methodology adopted, the present study was carried out based on an investigation into Brazilian medical journals from the end of the 19th century and beginning of the 20th century, available in digital collections; in Lima Barreto's manuscripts about his hospitalization, organized in a book by the author called "Diário do Hospício" and, also, a bibliographic review was carried out by researchers who focused on the topic, such as Maria Clementina Pereira Cunha and Lilian Moritz Schwarcz, considering that such studies move across philosophical, historical and sociological fields, based on thinkers such as Foucault, Bauman and Goffman. The results of the analysis of medical and patient discourses showed that madness was purposely transformed into a mechanism within the institutional sphere of public power, which did not aim to treat patients, as they suggested, but rather the segregation of groups stigmatized by the disease. Thus, psychiatric science in Brazil decided who was fit to live in society and who should live confined within the walls of the institution.

**Keywords:** Institutionalization of madness; Brazilian Republic; Psychiatry; Public Power.

## 1 INTRODUÇÃO

A declaração da República no Brasil não foi uma mudança apenas da ordem política. O estabelecimento desse regime político modificou, em diversas esferas, o olhar sobre a loucura. Dentre os valores republicanos, a ordem e a disciplina eram dois dos principais elementos socialmente estabelecidos, mas, agora, "ordem e progresso" deveriam estar presentes nas ruas, nas casas e nos corpos.

Com isso, durante o final do século XIX e início do XX, o Brasil ficou marcado pela adoção de modelos sociais e políticos que visavam um projeto republicano de nação. Nesse projeto, o discurso médico foi muito valorizado e seria o responsável pelo reordenamento e higiene do espaço urbano que se formava. Assim, médicos sanitaristas e higienistas participaram ativamente nos projetos políticos de limpeza urbana.

A loucura passou a ser vista como uma doença mental, uma degeneração<sup>2</sup> e um risco social e o papel do médico seria o de sanear a nação. Grandes projetos de saneamento, inspirados nos modelos europeus, foram instaurados no início da República no Brasil. Sob o lema "mente sã em um corpo sã", havia um consenso entre alienistas, urbanistas, engenheiros e sanitaristas no projeto de ordenar e disciplinar a vida nas cidades grandes como São Paulo e Rio de Janeiro.

A partir desse parâmetro geral, este artigo também trata sobre quem eram os sujeitos que, dentro do ideário da República, estavam passíveis ao confinamento, não eram considerados higiênicos, ordenados e saudáveis o suficiente para viverem nessas cidades. Figuras emblemáticas como o escritor Lima Barreto chegou a ser retirado do convívio em sociedade e passou a viver em manicômios ou hospitais psiquiátricos, instituições totais que foram criadas no Brasil somente a partir de um projeto republicano.

---

<sup>2</sup> Nesse sentido, a degeneração seria uma perda ou alteração das qualidades da espécie; abastardamento.

Com isso, este trabalho surge a partir de pesquisas realizadas desde 2019 no Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas - NUHLC, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Os encontros do núcleo e a troca de conhecimento com os professores e colegas de graduação foram essenciais para que a pesquisa se concretizasse, contando com rigor e compromisso historiográfico.

O objetivo geral deste artigo é analisar a relação entre a implantação do regime republicano no Brasil e a institucionalização da loucura, pois há uma ligação direta entre esses dois eventos na história do país. Foi a partir do desejo da implementação deste regime político que a loucura ganhou o status de doença e passou a ser uma demanda médica e institucional.

Os objetivos específicos se interessam por entender como a loucura passou a ser algo institucional a partir do discurso médico e analisar estes discursos nas tomadas de decisões na vida política e pública da sociedade; mapear os personagens que foram considerados degenerados e loucos a partir do discurso médico; identificar as justificativas para a segregação dessa população com as internações; explanar acerca das instituições que foram criadas para internação dessa população e, por fim, apresentar a visão do “louco” a partir de Lima Barreto sobre o impacto dos discursos médicos na vida desses sujeitos.

Desta forma, esta pesquisa torna-se relevante para compreender como as instituições totais foram utilizadas pelos governos para manutenção de seus discursos e objetivos políticos, identificando a relação entre a implantação do regime republicano no Brasil e a construção de instituições totais, como os manicômios.

Ademais, o presente estudo trata do perfil dos indivíduos que eram encaminhados para os manicômios, possibilitando entender como a doença mental foi tratada durante a Primeira República e como o discurso médico eugenista foi capaz de decidir quem seria considerado indesejado aos olhos da população e do poder público.

As instituições totais foram locais de descarte de pessoas “degeneradas” e os critérios que decidiram o destino desses sujeitos foram criados pelos discursos médicos. Desse modo, é possível compreender como a psiquiatria no Brasil foi constituída e de que maneira isso afetou a nossa visão acerca da loucura. Diante do cenário atual, em que o Ministério da Saúde publicou uma nota técnica<sup>3</sup> em 2019 que reorienta as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, afirmando o investimento em terapias como o eletrochoque e a volta dos Hospitais Psiquiátricos em regime de internação, se faz necessário problematizar as instituições psiquiátricas que marcaram a história brasileira com desumanização, tortura, encarceramento e apagamento histórico daqueles que passaram pelo filtro médico do que seria a insanidade.

Torna-se crucial, portanto, pesquisar sobre como essas instituições foram elaboradas e mantidas pelo poder público para segregar mulheres, negros, pessoas com deficiência física, pobres, homossexuais e outras minorias indesejadas para conviver em sociedade, a partir de discursos higienistas que perpetuam estigmas e preconceitos até a atualidade.

Essa é a questão norteadora desta pesquisa: desvelar a força dos discursos médicos do início da República no Brasil para intervir na forma de viver das pessoas, nos hábitos alimentares, nas vestimentas, educação, higiene das crianças, formas de construção das casas, ruas ou calçamentos, pregando que a educação mental e a

---

<sup>3</sup>O Ministério da Saúde retirou a nota do ar, mas ela pode ser acessada através desse link: [https://portaldrauziovarella.nyc3.digitaloceanspaces.com/wp-content/uploads/2019/02/30235837/201902\\_ect\\_nota-tecnica-11-2019\\_v25n2a09.pdf](https://portaldrauziovarella.nyc3.digitaloceanspaces.com/wp-content/uploads/2019/02/30235837/201902_ect_nota-tecnica-11-2019_v25n2a09.pdf)

moral do indivíduo deveriam refletir na higiene do seu corpo. Logo, o artigo versa sobre como a ordem social foi definida por discursos cujo poder foi decisivo para a segregação dos grupos estigmatizados e para a liberdade dos demais.

Em termos metodológicos, este artigo se constitui, portanto, em uma análise dos fatores que definiram a loucura na República brasileira através da revisão bibliográfica de alguns autores que trataram sobre o tema e análise de fontes primárias, a partir de revistas disponíveis em acervo digital em excelentes condições de visualização, no site da Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira e no acervo, também digital, de Obras Raras da Fiocruz. Essas revistas médicas estão organizadas em ambos os sites em ordem cronológica e o recorte temporal utilizado nessa pesquisa é de revistas a partir de 1874 até 1932, algumas das utilizadas foram: *Gazeta Médica da Bahia* (BA), *Brazil Médico* (RJ), *Revista Médica de S. Paulo* (SP) e *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* (RJ). Além das revistas, também foi analisado o diário de Lima Barreto, intitulado “Diário do Hospício”, no qual o autor escreveu sobre sua experiência na segunda internação no manicômio, em 1920.

No primeiro tópico a seguir, aprofundamos mais sobre a transição para o regime republicano e como ocorreu a mudança acerca da loucura nesses anos iniciais, a partir de discursos dos alienistas da época e das ações que foram tomadas na esfera pública para transformar a loucura em patologia, além das principais teorias da época que formaram a psiquiatria no Brasil.

Já o segundo tópico, trata dos indivíduos e dos comportamentos que foram categorizados como degeneração e quais as estratégias desenvolvidas pelos alienistas para combater a loucura. Neste tópico também será analisado como os hospícios se tornaram verdadeiros laboratórios que promoveram a tortura e o confinamento, em nome da ciência.

Por fim, o terceiro e último tópico se encarrega de abordar a visão do próprio “louco” sobre a loucura e sobre o sistema de tratamento, a partir da vida de Lima Barreto que escreveu, em seu diário, sobre suas passagens em manicômios na cidade do Rio de Janeiro. Neste tópico analisamos que não foram apenas os alienistas que detinham sanidade para tratar da loucura; aqui a ótica se inverte e o “louco” falará sobre o médico.

## 2 DA LOUCURA POPULAR PARA A PATOLÓGICA

O lema da República brasileira “ordem e progresso” revela muito sobre os objetivos políticos dos responsáveis pela transição do Império para República, no período da sua instauração. Esse lema deveria estar presente em todas as camadas sociais, inclusive no universo da loucura. O novo regime político foi encarregado de trazer o progresso para o país, logo, os discursos fizeram o seu papel de transformar o entendimento acerca dos loucos. Seria, então, demasiadamente factual a relação entre a emergência do regime republicano e as formas de entender e enfrentar a loucura.

O cotidiano da cidade do Rio de Janeiro no século XIX incorporava à paisagem a marca da “vesânia”<sup>4</sup> em muitas figuras públicas que circulavam e faziam parte do contexto urbano no Segundo Império, personagens esses que viviam livres e permeavam o imaginário social e costumes populares, seriam os “loucos de rua”, que

---

<sup>4</sup>A denominação genérica para diferentes tipos de perturbação ou alienação mental.

não apresentavam riscos, com aceitação popular e, sobretudo, caracterizavam os espaços públicos, como verifica Cunha (1990):

Conhecido por suas “extravagâncias”, Cachaço ganhava a vida no Rio de Janeiro de meados do século passado ensinando, com a rude pedagogia dos cachações, rezas e catecismo aos africanos “brabos” do Valongo ou a escravos de casas particulares cujos senhores, apesar da notória “vesânia” de Tomaz, pagavam por seus serviços “educativos”. [...] “Maria Doida”, mulata andarilha que vestia simultaneamente várias mudas de roupa, provavelmente para poupar-se de carregar uma trouxa muito pesada, era estimada e cuidada pela população carioca, a quem fazia rir [...] (CUNHA, 1990, p. 10)

Assim, a autora trata de outras figuras interessantes que permeavam a paisagem das cidades do Segundo Império e faziam parte da vida cotidiana com suas peculiaridades. Estas figuras foram narradas pelo historiador e cronista republicano Mello Moraes Filho (1888) em *Festas e tradições populares do Brasil*, em que são descritos como os que carregavam a marca da “vesânia”, loucos que viviam soltos pelas ruas, que tinham seus afazeres e ocupavam os espaços sociais, trabalhavam e alguns até alcançaram notoriedade no tempo que viveram servindo como inspiração para peças teatrais de sucesso na Corte, mas não eram vistos como um perigo para a ordem social.

Os indivíduos foram de sujeitos populares que conviviam e contribuíam cada qual à sua maneira na sociedade imperial para uma ameaça a ser combatida pelo poder republicano; de figuras naturalmente protegidas pela população; de indivíduos caricatos, geralmente motivo de riso e apreço popular, para degenerados que corrompiam a sociedade e deveriam ser retirados dos espaços públicos. Isso foi capaz de transformar concepções amplamente aceitas e reformular práticas sociais em relação aos loucos e à loucura, responsáveis por incorporar o estigma do doente mental (Cunha, 1990).

A instauração do novo regime passou a ser vista como sinônimo de progresso, seria a entrada numa nova era entendida como moderna cuja inovação tratava de importar o modelo europeu enquanto civilização ideal. A sociedade brasileira estava se dinamizando; do final do século XIX até a década de 30 havia uma nova configuração social que demonstrava um exponencial crescimento geral da população, juntamente com um projeto político de incentivo agressivo à imigração estrangeira. O país estava se industrializando e as principais cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte passavam por uma expansão urbana.

Logo, as primeiras décadas da República Brasileira foram marcadas por grandes mudanças. Havia um desejo eminente entre aqueles que carregavam esse fardo de “civilizar” o país e modernizá-lo em moldes europeus. Houve incentivo à industrialização, aliado a um êxodo rural e a chegada de muitos imigrantes, concentrando-se nas grandes cidades, e a urbanização se consolidava como uma realidade permanente que transformava rapidamente o panorama geral do país.

Os projetos republicanos focaram em transformar as cidades já citadas em uma vitrine para os interesses estrangeiros: “Era preciso embelezar as principais cidades, para que bem representassem suas funções: cuidar dos edifícios públicos, afastar a pobreza para os novos subúrbios; implementar o transporte coletivo, e construir

instituições representativas” (Schwarcz, 2018, p. 327). No caso do Rio de Janeiro, seria conhecido como o período de Regeneração, um plano que seria implementado e concedia poderes ilimitados para três frentes: modernização, saneamento e reforma urbana.

No que tange o saneamento das cidades, seriam os médicos os responsáveis pela realização de tal projeto; no Rio de Janeiro, por exemplo, o médico sanitarista Oswaldo Cruz foi incumbido de tal missão. Foi a partir desses projetos republicanos que a medicina entrou como a ciência responsável por sanear as cidades – que, de fato, passavam por problemas graves de salubridades. Tais projetos foram se organizando de modo que a autoridade médica não deveria ser questionada, mesmo que seus meios fossem autoritários. Por consequência dos fatores supracitados, as principais cidades brasileiras passavam por epidemias constantes e avassaladoras; logo, a estratégia dos governos republicanos focou em tratar através de uma medicina sanitária e de campanha, a criar diversos órgãos públicos nas áreas da saúde e de controle sanitário com investimentos pesados, visto que essa era uma das aflições centrais desse novo regime (Cunha, 1990). É nesse contexto que surgem as principais teorias que nortearam a conduta acerca da loucura, que também passou a ser considerada uma epidemia, constituinte das “epidemias psíquicas”.

O ato de sanear o país também incluiu sanear os corpos e a mente, pois só seria possível atingir o ideário de civilidade a partir de uma higienização moral e mental da sua população. Esse seria o movimento necessário para atingir um dos objetivos principais da República: a ordem. O médico Pacífico Pereira, diretor da *Gazeta Medica da Bahia*, evidenciou isso, em 1899, em uma das publicações da revista com o título “Hygiene Publica”:

A instrucção e a hygiene são as primeiras necessidades de um povo, e não ha paiz civilisado em que não esteja radicada a compreensão e a pratica d'esta verdade. *Mens sans in corpore sano* é o lemma da educação physica e mental do indivíduo; como é o saneamento physico e moral do povo que constitue o vigor, a felicidade e a principal riqueza da nação. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1899, p. 435)

O lema da educação psíquica tratada pelo Dr. Pacífico Pereira, *Mens sans in corpore sano* (mente sana em um corpo são) evidencia o momento em que os discursos médicos se encarregam de elevar o *status quo* da loucura para o campo patológico. Quando a medicina sanitária toma para si as demandas da “vesânia”, ela adquire o status de “doença da razão”, assim Pinel a definiu e tal definição foi adotada no Brasil.

Nessa tradição psiquiátrica não seria possível existir um “meio-termo” para a alienação; qualquer comportamento que fosse considerado desordenado e irracional seria uma forma de alienação. Assim, segue a lógica moderna para a ordem. Seria a guerra da clareza contra a confusão e dessa forma se estabeleceu historicamente a ciência moderna, afirma o sociólogo Bauman:

O outro da ordem não é uma outra ordem: sua única alternativa é o caos. [...] Os tropos do “outro da ordem” são: a indefinibilidade, a incoerência, a incongruência, a incompatibilidade, a ilogicidade, a irracionalidade, a

ambiguidade, a confusão, a incapacidade de decidir, a ambivalência. (BAUMAN, 1999, p. 14)

A existência na modernidade, o olhar moderno e suas práticas de existir estão em constante guerra contra a ambivalência. Essa seria a substância da política moderna: não há espaço para aquilo que se mostra confuso, apenas a clareza no modo de existir deve fundamentar o indivíduo moderno. Nesse sentido, a ordem e a ambivalência são produtos da prática moderna. A busca por ordenar o mundo só existe a partir da ambivalência.

A modernidade busca se estabelecer a partir da ordem, ela deseja refletir isso. No entanto, esse desejo se torna ambivalente por não ser possível que a ordem exista sem o caos e há um esforço da modernidade em extinguir o caos, ela não suporta vê-lo, assim como os doutores republicanos, frutos da ciência moderna e positiva, não suportavam ver os loucos pelas ruas de suas cidades vitrines. Era necessário retirar o caos e afastá-lo o máximo possível já que as tentativas de exterminá-lo parecem impossíveis.

A psiquiatria no Brasil nasce juntamente com essa necessidade de moralizar e ordenar essas novas cidades republicanas, importando modelos europeus como o de Pinel, na França e Tuke, na Inglaterra. O alienismo passa a ser uma especialidade médica no Brasil. Philippe Pinel foi considerado o fundador da psiquiatria moderna e essa tendência médica foi utilizada no Brasil republicano para dar forma a essa especialidade que, até então, não existia em solos brasileiros. Esses discursos se encaixam e complementam o lema republicano do Brasil de “ordem e progresso”, já que para essa psiquiatria *pineliana* a alienação seria o inverso do progresso. Logo, não seria possível existir uma república ideal se não houvesse políticas para tratar da alienação.

Pinel foi um percussor na mudança de tratamento do que ele denominou de “doença da razão”. Outra influência significativa na psiquiatria brasileira teria sido o seu discípulo Esquirol, o francês formulou uma nova teoria que seria a da “monomania”, a partir da qual seria possível prever certos tipos de loucura escondidas na normalidade, seria aqui a construção da figura do maníaco.

O alienismo se mostrava esforçado em buscar novas explicações e tratamentos, em se expandir como uma especialidade médica e tais teorias foram cruciais para a formação dos alienistas brasileiros. Pinel foi heroificado e servia de inspiração. “A França, a Inglaterra, a Alemanha, Pinel, Langerman e Ellis devem estar diante de nossos olhos como modelos da ciência nobre que se alia com a religião para salvarem o infeliz que teve o infortúnio de perder a razão” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1874, p. 376). Assim escreve o Dr. Demetrio Cyriaco Tourinho, médico e diretor do asilo de S. João de Deus, na seção de “Noticiário” da revista.

Os alienistas brasileiros aproveitaram grandes nomes e produções europeias acerca da “doença da razão” e, por algumas décadas, tais nomes foram utilizados para reafirmar as concepções sobre o alienismo e seu tratamento no Brasil, um modelo que era utilizado pelas principais referências na medicina mental.

As revistas médicas brasileiras não deixavam de citá-los como exemplos a serem seguidos para melhorar os asilos, assim confirma o seguinte trecho da *Gazeta Medica da Bahia* em 1895: “Se uma casa de alienados é um instrumento de cura; se nas mãos de um médico hábil é o agente therapeutico o mais poderoso contra as

moléstias mentaes – como cathegoticamente afirma o grande alienista Esquirol [...]” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1895, p. 87), parte constituinte de um relatório escrito pelos doutores Aurelio Rodrigues Viana, João Tillemont Fontes e Juliano Moreira, como forma de assegurar a assistência aos alienados da Bahia e solicitar ao Estado melhorias para o asilo.

Esse será um dos pilares do tratamento da loucura no Brasil – importado inteiramente da Europa. O alienismo propôs ao Estado duas estratégias para se livrar desse mal: o tratamento através da internação dos alienados, que seriam as práticas asilares, visto como um lugar de cura e necessário para o enfrentamento dessa “doença” e a profilaxia contra a “degeneração”.

O processo de entendimento da loucura como uma doença foi se expandindo e ampliando em suas competências e intervenções. Na metade do século XIX, uma nova corrente foi rapidamente aceita: a “teoria da degenerescência” ganha força, evidencia Cunha (1990): “Foi a partir da observação sistemática dos pobres e proletários dos arredores parisienses que o alienista Morel formulou sua teoria da loucura como subproduto da degeneração.” (CUNHA, 1990, p. 22). Nesse sentido a loucura passa a ser definida a partir da natureza hereditária, deveria ter uma origem fundada na degeneração e que seria transmitida pelas gerações.

As concepções do alienista francês Morel se encaixavam acertadamente na realidade das cidades republicanas no Brasil. Uma “desordem urbana” que precisava urgentemente ser explicada e reordenada foi a maneira ideal encontrada pelos sanitaristas de controle social. Foram as teorias da degenerescência que passaram a justificar, cientificamente, a estigmatização da pobreza.

Nesse viés *moreliano* seria a péssima herança genética da degeneração a causadora de tanta desordem, logo, os degenerados eram os responsáveis por tanta doença; não seria o meio social caótico, a miséria e o descaso das elites com a população, a causa de tantos problemas sociais: aqui os papéis se invertem na ordem desse discurso médico que busca uma relação de causa e efeito. Nesse sentido, os médicos alienistas brasileiros passaram a fazer uma espécie de etimologia da degeneração no país. Psiquiatras como Juliano Moreira, por exemplo, indicaram que a imigração desde o período da colonização seria a responsável por essa “leva de degenerados” que ocupava as cidades vitrines do Brasil republicano.

A ideia de degeneração hereditária busca situar a loucura no objeto da natureza. A partir dessa concepção, seria possível nascer louco. A loucura e o louco são criações a partir do fator cultural que estabelece quem seria normal, logo, a experiência da loucura seria uma invenção humana, visto que o sujeito louco foi se modificando entre rupturas e continuidades históricas; o louco medieval não é mais o louco moderno, o louco moderno carrega consigo a desrazão, o desatino (FOUCAULT, 2019).

As cidades passam a ser o principal meio para a “proliferação” da degeneração, seria necessária uma ação profilática do meio urbano que sofria uma verdadeira epidemia social: “os hábitos deveriam ser moralizados, orientando-se os costumes alimentares e higiênicos, controlando-se o desvio e evitando-se a “degeneração” (SCHWARCZ, 1993, p. 297). Desse modo, a vida prática deveria ser regulamentada e higienizada para evitar a perpetuação da “degeneração”, assim, os médicos alienistas, juntamente com os sanitaristas, passam a disciplinar o modo de vida social.

As revistas médicas no início do século XX passam a tratar da higiene mental e atestar as teorias da degeneração hereditária. Em 1901 na *Revista Médica de S. Paulo*, escreve o Dr. Franco da Rocha, diretor do Hospício de São Paulo, em um texto intitulado “Causas da Loucura”: “Indubitavelmente é a tara hereditária a causa principal da loucura entre nós.” (FRANCO DA ROCHA, 1901, p. 73). Ativista na modernização, Franco da Rocha mostra uma clara preferência pela escola *moreliana* e suas perpetuações; ele creditava que sob o argumento científico tudo se era permitido (CUNHA, 1990). Ele depositava todas as suas esperanças na ciência moderna como a solução para os problemas da humanidade.

Os projetos sanitários e higienistas não estavam surtindo muito efeito em propiciar a erradicação das doenças – inclusive as mentais – e a civilização das cidades, era necessário modificar aquilo que precisava ser modificado. Os médicos já haviam diagnosticado os principais fatores da incivilidade brasileira, agora era o momento de se espelhar nas “culturas mais adiantas”, é nesse sentido que a eugenia se torna um projeto nacional. Os alienistas ansiavam por evitar o inevitável, a degeneração, essa que era produto de um modo de trabalho capitalista. Em algum grau, essas teorias – a degeneração hereditária e eugênica – conseguiram se conectar para fazer algum sentido de modo que explicassem os problemas sociais acerca da alienação no Brasil, era uma necessidade explicar a gênese da desordem.

Em 1914, na revista *Brazil Medico* na seção de “Hygiene Publica” os médicos Placido Barbosa e Sampaio Vianna citam a eugenia ao tratarem da “Nosologia e mortalidade da cidade do Rio de Janeiro”:

O campo da prophylaxia apparece, assim, muito mais amplo: é o todo o problema da viricultura e da eugenia que se impõe e exige solução. [...] Nós, povos sul-americanos, precisamos applicar-nos porfiadamente a esse fim, que redundará, na proteção e melhoramento da nossa raça, que os conquistadores encontraram forte e bella e que devemos reerguer á sua maior força e beleza dentro do luminoso mundo moderno. (BRAZIL MEDICO, 1914, p. 138)

As concepções eugênicas entram no projeto de higiene pública como uma maneira de profilaxia das doenças, incluindo a alienação. A imigração e a mestiçagem passam a ser correlacionadas ao contágio das doenças. Alguns dos métodos indicados para purificar a raça através da eugenia seria o cruzamento dos sãos e o impedimento da reprodução dos defeituosos.

Os significados da loucura, as nosologias e as nomeações para buscar encaixar cada tipo de louco em classificações, são produtos de uma sociedade da ordem. A modernidade seria o mundo das classificações, a supremacia do intelecto do Estado moderno acontece também no poder de definir (Bauman, 1999). Nesse sentido, havia um esforço dos alienistas em classificar a loucura.

A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), foi fundada em 1923, no Rio de Janeiro pelo psiquiatra Gustavo Riedel<sup>5</sup>, e nasceu a partir do desejo dos psiquiatras em participar da construção de uma nação próspera, moderna e mais saudável, segundo as concepções eugênicas. A “higiene mental” proposta por esses médicos

---

<sup>5</sup>Gustavo Kohler Riedel (1887-1934), doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi o fundador e primeiro presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) e criador da revista *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* (1925).



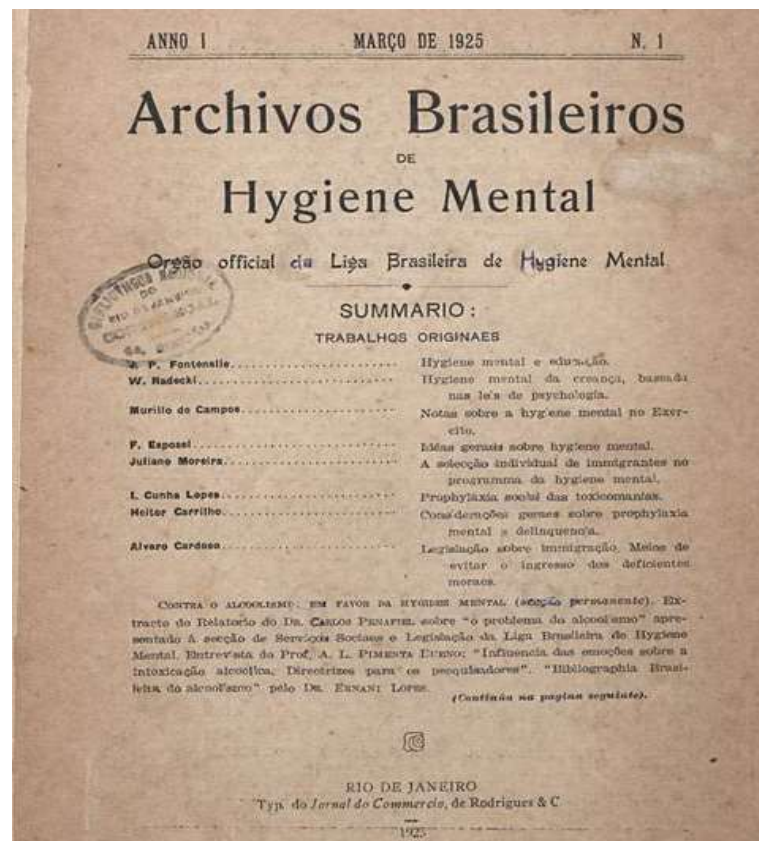
se mostrava a partir de dois objetivos: trabalhar na defensiva contra as causas da degeneração psíquica, que seria a “profilaxia mental”, e atingir um equilíbrio entre a mentalidade individual e o meio psíquico social, sendo esse a higiene mental propriamente dita.

Desse modo, esses médicos empenhados no papel de higienizar as mentes acreditavam que dois elementos afetavam diretamente a higiene mental: a degeneração hereditária e o meio social que o indivíduo vivia, que poderia criar condições para tal perturbação mental, com isso, a educação higiênica era uma pauta da Liga que indicava os cuidados desde a infância para evitar os defeitos e desvios.

Na primeira edição da revista, publicada em 1925, no Rio de Janeiro, alguns títulos dos ensaios já sugerem quais as principais preocupações dos alienistas que faziam parte da Liga. A revista seria um meio de disseminação das ideias de para purificação da raça, uma maneira de pôr em prática as ações eugênicas que deveriam ser respaldadas pela ciência e determinismo científico, mas que faziam parte de um projeto nacionalista (Mota, 2003).

Alguns dos primeiros textos publicados evidenciam as concepções eugênicas que permeavam essa psiquiatria, seriam eles: “A seleção individual de imigrantes no programma da hygiene mental.”, por Juliano Moreira; “Considerações geraes sobre prophylaxia mental o delinquencia.”, por Heitor Carrilho; “Legislação sobre immigração. Meios de evitar o ingresso dos deficientes moraes.”, por Alvaro Cardoso. De acordo com a Figura 1:

**Figura 1** – Capa da revista *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* de 1925.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2024).

A eugenia pautava os estudos dos médicos alienistas no campo da higiene mental, algumas das principais recomendações médicas profiláticas desse período para evitar a degeneração seria a não reprodução entre os degenerados, assim escreve o Dr. Esposel: “[...] poderia incluir a Liga de Higiene Mental pugnar com mais vehemencia pela incapacidade matrimonial dos degenerados [...] e sobretudo dos que manifestam doenças cuja herança é conhecida e conduz á formação de famílias desequilibradas.” (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1925, p. 103). Em 1932, outra recomendação acerca da “seleção nupcial”: “[...] estabelecerá a seleção nupcial, com o fim de facilitar o casamento dos bem dotados, indicando a cada interessado o typo de conjuge que lhe convem, e impedindo, na medida do possível, os matrimônios dysphrenizantes<sup>6</sup>.” (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1932, p. 34), a Liga de Higiene Mental dedicou muitas edições de sua revista para propagar orientações eugênicas, reforçando o estigma acerca da loucura.

Observamos assim que as tendências teóricas que configuraram a formação da psiquiatria no Brasil foram teorias positivistas, que flertavam com o darwinismo social. Inúmeras foram as tentativas de exterminar o sujeito acometido pela “vesânia”, inicialmente eles deveriam ser reclusos do convívio social e ocupar os asilos. Além disso, os alienistas os colocaram como a causa da degeneração do país e, por conseguinte, o sujeito que deve ser evitado: evitar a sua reprodução e evitar a sua existência.

### 3 INSTITUCIONALIZANDO A LOUCURA

A implementação da gestão da desordem contava não apenas com discursos, criações de leis regulamentadoras e publicações em revistas, era necessário criar estruturas que sustentassem os projetos de modificação. O primeiro hospício do Brasil foi inaugurado ainda no Segundo Reinado, em 1854, no Rio de Janeiro. Era o Hospício de Alienados D. Pedro II e, posteriormente, seria Hospício Nacional de Alienados. Em 1903 a direção passa para o médico baiano Juliano Moreira, e a partir disso ele passou a construir a psiquiatria brasileira como uma especialidade médica, inspirando-se na Clínica de Munique, na Alemanha.

Paralelamente, em São Paulo um projeto mais ambicioso estava em campanha. Em 1889 em Paris, acontecia o Congresso Internacional de Alienistas, do qual o Dr. Franco da Rocha participou, um dos primeiros a se especializar em psiquiatria no Brasil ao lado de Juliano Moreira. A campanha para construção de um asilo de alienados moderno surge a partir das recomendações e discussões do Congresso, inspirado pelo modelo hospitalar para alienados no formato de Colônias Agrícolas. Franco da Rocha, que já era diretor do hospício paulista, buscou empenhar-se para que esse novo modelo asilar fosse construído. Em 1902, na *Revista Medica de S. Paulo*, escreve o Dr. Juliano Moreira, exaltando os feitos da construção do Asilo Colônia:

---

<sup>6</sup> Termo na língua inglesa, em tradução livre “disfrenizantes”. No sentido de disfrenia se refere a uma fraqueza psíquica; défices cognitivos. O termo foi proposto originalmente pelo médico alemão Karl Kahlbaum para designar um quadro clínico na Psiquiatria no século XIX.

Em obediência á decisão do Congresso Internacional de Alienistas reunido em Paris, em 1889, o Dr. Franco da Rocha desde 1892 envidou esforços para que fosse fundado em S. Paulo um Asylo-colônia e não colônias agrícolas para alienados em pontos diversos e distantes do território do Estado. De Facto aquele Congresso tinha aconselhado como preferíveis os asylos medico-agricolas compostos de um asylo central, cercado de estabelecimentos agrícolas semore que as circunstancias o permittirem (REVISTA MEDICA DE S. PAULO, 1902, p. 211).

Inspirado pelos modelos asilares franceses, o Dr. Franco da Rocha propõe que esse asilo seja construído em uma região interiorana da cidade de São Paulo, para que os alienados não estivessem mais em circulação pelos locais vitrines da cidade, por isso, o asilo-colônia foi construído em Juquery (atualmente a cidade de Franco da Rocha - SP), nas terras cedidas pelo governo que ficava a 50 minutos da capital. Esse asilo-colônia era o modelo asilar europeu de tratar da loucura através do confinamento e do trabalho agrícola, “A colonia colocada sobre uma collina está rodeada de 170 hectares de terra que foram divididos em duas partes: uma parte criação de vaccas leiteiras, galinhas, porcos etc., a outra, destinada á agricultura, é regada pelo rio Juquery.” (REVISTA MEDICA DE S. PAULO, 1902, p. 211), confirma o Dr. Juliano Moreira. Logo, a proposta terapêutica era baseada no afastamento do doente do seu meio e a inserção do mesmo em um ambiente considerado totalmente higienizado, para que pudesse recuperar seus valores morais através do trabalho.

A inauguração do Asilo Colônia da Sucursal do Juquery aconteceu em 18 de maio de 1898 e desde então a quantidade de pacientes e alas só aumentaram. Inicialmente, o asilo contou apenas com oito pavilhões masculinos e depois foram construindo mais pavilhões, femininos e infantis. Foi uma das mais antigas e maiores colônias psiquiátricas do Brasil, contando com 122 anos de história como hospital psiquiátrico. Na Figura 2 é possível observar a dimensão que adquiriu ao longo de sua existência:

**Figura 2** – Complexo Hospitalar do Juquery, [200?]



**Fonte:** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2024).

No asilo-colônia, o tratamento era feito na maioria dos internos através do trabalho braçal, eram destinados ao plantio de 170 hectares de terra, uma parte para a criação dos animais e a outra parte para a agricultura e a colheita destinada a prover a cozinha da instituição. Dessa maneira, os internos viviam em regime de internação e trabalho não-remunerado, fiscalizado, também, pelos enfermeiros:

O trabalho deles é de 6 a 7 horas intervaladas pelas de descanso. Uma turma trabalha na conservação da via férrea que serve ao asylo e a colonia; outra cuida do estabulo [...] A mór parte dos doentes asylados em Juquery, provindo da classe de trabalhadores agrícolas, não pode haver duvida que a ocupação preferível para eles era o trabalho no campo, mesmo por ser o que exige menos esforço intelectual da parte do enfermo. Quem quer que tenha visto os bons efeitos do trabalho em certa classe de alienados, não poderá deixar de louvar a orientação que o Dr. F. da Rocha tem sabido dar á colonia anexa ao Asylo de Juquery. (REVISTA MEDICA DE S. PAULO, 1902, p.212)

Então, esse modelo de internação que utilizava da força de trabalho dos asilados sob a justificativa de tratamento se encaixa em uma forma de disciplina, realizando a gestão do tempo e, assim, regando os corpos. Essa seria a técnica de apropriação do tempo das existências singulares, muito utilizada na época clássica como mecanismo de disciplinar o sujeito (FOUCAULT, 2014).

A partir disso, a propaganda feita pelos alienistas, de que Pinel e Tuke foram os responsáveis por libertar os loucos das prisões, se torna insustentável à medida que a criação de asilos-colônia era igualmente uma forma de segregar e confinar o alienado à sua própria loucura. Este é um modo de suprimir a liberdade do louco à sua própria loucura, confirma Foucault (2019, p. 526): “A liberdade do louco só existe nesse instante e nessa imperceptível distância que o tornam livre para abandonar sua liberdade e acorrentar-se à sua loucura”. As instituições criadas para o tratamento da loucura eram a nova prisão do louco, juntamente com a gestão integral do seu tempo e do seu modo de existir, mas, agora maquiada sob o véu do tratamento e legitimada pelo poder da ciência moderna.

O próprio Dr. Franco da Rocha, que tinha os alienistas franceses como verdadeiros libertários dos loucos, se mostrava nas ambivalências dessa liberdade idealizadora e moderna quando afirma que:

A liberdade, quando se trata de doidos, não pode deixar de ser mui relativa. A preocupação de evitar o aspecto de prisão, de dar ao asilo aparência de habitação comum, tem sido um pouquinho exagerada por alguns alienistas. O caráter de prisão é, entretanto, inevitável; quando não estiver nos muros e janelas gradeadas, estará no regime, no regulamento um tanto severo, indispensável para um grande número de doentes. Esse regime, porém, não impedira o gozo de ampla liberdade aos que se achem em condições de usufruí-la. Um bom asilo deve ter secções diversas, nas quais a liberdade se gradue pelo estado mental dos pensionistas. (PIZZOLATO, 2008, p.17)

É possível entender como a genealogia da sociedade disciplinar está presente na modernidade. As torturas deixaram de ser públicas (suplícios do período absolutista) e passaram a ser aplicadas como forma de disciplina pelo poder público, com a vinda dos governos republicanos. Essas instituições onde ocorrem confinamentos dos alienados passam a ser usadas como espaço para segregação

dessa população, operando a partir da disciplinarização dos corpos, da vigilância constante e regulamentações. Esse formato de institucionalização está sob o signo da reclusão (FOUCAULT, 2014).

A loucura passou a ser institucionalizada no formato mais moderno para época e cumpriu com os objetivos republicanos de tirar essa massa de alienados das ruas de suas belas cidades. Em paralelo, é um modelo de instituição total, como trata Goffman (2015). Acerca das instituições totais, são espaços que funcionam em regime de internato, onde um grupo grande de pessoas vive em tempo integral e nessas instituições não há separação entre os locais de trabalho, espaço de lazer, higienização, alimentação, educação... esses locais são os manicômios, prisões e conventos. Dessa forma, as instituições totais são organizadas de forma a levar a uma mortificação do eu, uma vez que os internos, dentre outras coisas, perdem seus objetos pessoais e suas características identitárias, sofrendo humilhações, torturas e seguindo regras impostas sem poder questionar.

Além disso, o trabalho feito pelos internos torna-se desmoralizado pelo sistema de trabalho da instituição total, visto que o sujeito é orientado pelo trabalho do ambiente externo que remunera pela carga horária exercida e tal remuneração pode ser utilizada conforme as necessidades e preferências do trabalhador. Ao contrário, o trabalho dentro da instituição total não se baseia nesta configuração. O trabalho dos alienados servia para “tratá-los” e sustentá-los, ou seja, a utilidade do interno como sujeito era baseada na sua força de trabalho, que era apresentado como uma liberdade do alienado mas, na verdade, era uma força estratégica no controle dos sujeitos (GOFFMAN, 2015).

No entanto, aos olhos dos modernos doutores alienistas, a criação de um asilo-colônia só poderia significar o progresso, dessa maneira expressa o Dr. Juliano Moreira:

De ha muito hab'tuado a louvar os progressos sanitários do Estado de S. Paulo, sinto hoje extraordinario jubilo em noticiar aos leitores [...] a inauguração de mais um pavilhão do magnifico Asylo-colonia de Alienados daquele Estado. [...] Pode-se aquilatar o grau de aperfeiçoamento moral de um povo pelos cuidados que ele saiba dispensar aos que têm o infortúnio de ensandecer. [...] O Estado de S. Paulo, que de ha muito tem sabido marchar á frente da propaganda pelo nosso progresso real, aderindo, pelo exemplo, a todas as idéas uteis em materia de hygiene [...] (REVISTA MEDICA DE S. PAULO, 1902, p. 210)

No sentido foucaultiano, o que o Dr. Juliano Moreira escreve por progressos sanitários também pode ser interpelado por “fórmulas gerais de dominação”, quando se trata de disciplinar corpos através da sujeição e impor limites suficientes para que esse sujeito se torne dócil e útil (FOUCAULT, 2014). Com isso, é significativo refletir sobre os reais objetivos do poder político em construir manicômios no modelo que foi o Asilo-Colônia do Juquery, que não foi o único, e serviu para retirar a superlotação de alcoolistas, deficientes, mestiços, prostitutas, imigrantes, negros e pobres dos centros das cidades que ansiavam pela modernidade.

O processo de construir instituições destinadas especificamente para o tratamento da loucura foi um projeto político elitista, baseado em teorias médicas eugenistas e segregatícias, que se utilizavam do discurso científico que deveria ser inquestionável pela população para arbitrariamente definir os sujeitos e decidir seus destinos. Enclausurando uma parte da população considerada indesejada, sob a justificativa de tratamento médico, contudo, exercendo o controle total dos sujeitos.

### 3.1 Os loucos da República

Ainda que o modelo de tratamento do “isolamento terapêutico” não tenha findado em triunfo na Europa – visto que a incapacidade de recuperar os pacientes mentais através da internação seria uma amostra do fracasso dos programas de Pinel, Esquirol e seus discípulos – os psiquiatras reinventaram-se e incorporaram novas teorias que vão para além dos muros dos hospitais, visando garantir sucesso no combate à loucura. Tal frustração não se limitou ao território europeu e da mesma forma procedeu no Brasil, onde os psiquiatras da nova República uniram forças para dar continuidade à luta para civilizar o país.

Nesse sentido, as instituições foram um método físico de se livrar daqueles que não agradavam as elites e, sobretudo, que não serviam para compor a consolidação de uma sociedade capitalista, por “degenerarem” a sociedade. De modo geral, algumas populações foram os principais alvos dos alienistas. Os negros e pobres, por exemplo, serviram como base para explicar boa parte da degeneração, porém não foram os únicos estigmatizados como a escória social. A partir disso, apresentaremos, de forma simplificada, alguns dos principais tipos sociais da massa de “degenerados” que foram objetos de estudo dos alienistas, que os apresentam como temas presentes nas revistas, assim, utilizamos algumas edições da revista *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* (RJ), especificamente em relação à higiene mental e seus programas.

O primeiro grupo que chama atenção logo na primeira edição da revista são os imigrantes. Em 1925, quando a revista da Liga Brasileira de Higiene Mental lançou sua primeira edição, um dos textos publicados foi o de Juliano Moreira, “A seleção individual de imigrantes no programma da hygiene mental”.

O imigrante era um alvo contraditório dos eugenistas, visto que alguns acreditavam que seriam eles os capacitados para purificar a raça no Brasil através do embranquecimento, mas apenas os alemães estariam aptos, uma vez que eram considerados os “arianos de raça pura” e detinham o modelo de raça “superior”, capaz de conferir aos brasileiros características hereditárias “superiores”, realizando o processo de regeneração da raça. No entanto, havia médicos e intelectuais que discordavam, a exemplo do médico baiano Juliano Moreira, que não concordava em quantificar a quantidade de degenerados a partir da etnia:

“Os norte-americanos com estatísticas mais ou menos numerosas têm procurado estabelecer quaes os grupos ethnicos que fornecem maior contingente de psychopathas aos manicomios dos Estados Unidos. Da medição severa destas estatísticas e do confronto imparcial com o que ocorre entre nós, acho que não se deve argumentar contra os emigrantes deste ou daquele povo [...] (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1925, p. 114).

Nesse sentido, o Dr. Juliano Moreira não fazia parte do grupo de eugenistas que acreditavam em uma raça mais saudável ou em uma pureza racial, mas concordava que a vinda de um certo tipo de imigrante – o “emigrado indesejado” – para o Brasil poderia contribuir com a degeneração da raça brasileira, e que seria necessário proteger a higiene mental do país realizando um rigoroso processo de profilaxia no que tange a imigração.

A partir dessas considerações em seu texto, Juliano Moreira explica que é necessário um esforço para proteger os brasileiros da escória de outros lugares, essa escória seriam os doentes mentais, já que não faria sentido trabalhar para melhorar as condições de saúde mental do seu país e aceitar “novas levas de taes indesejáveis”. Em vista disso, o médico baiano propõe uma fiscalização assídua:

Enquanto não fôr possível o referido acordo entre as nações que fornecem emigrantes e as que necessitam de imigrantes, devemos fazer sem distincção de raça ou nacionalidade uma selecção individual o mais que possível rigorosa sob o ponto de vista mental, isto é, não devemos receber imigrantes que apresentem perturbação mental congênita ou adquirida: nenhum idiota, nenhum imbecil evidente, nenhum demente de qualquer espécie, nenhum epilético, nenhum maníaco-depressivo, nenhum paraphrenico, nenhum paranoico, nenhum doente de qualquer outra psycose definida poderá saltar em nenhum porto nacional e se entrar pelas fronteiras terrestres deverá ser repatriado, mesmo que seja á custa da nação. [...] Almejo á saúde mental da nacionalidade brasileira que elementos maus não venham de paizes extranhos concorrer para abaixar-lhe o nivel. (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1925, p. 115)

Com base nesse discurso, entende-se que os imigrantes que pudessem ter alguma doença mental preocupavam verdadeiramente os médicos alienistas, reforçando assim o estigma do indivíduo que era considerado uma escória por ter, por exemplo, epilepsia. Houve outras associações em relação aos imigrantes e à criminalidade, tratadas por Pacheco e Silva<sup>7</sup> na mesma revista, logo, o outro imigrante era visto como um grande problema para a saúde e a sanidade do povo brasileiro.

Outro grupo de pessoas ao qual foram dedicados textos pelos alienistas na revista da Liga seriam os alcoolistas. Nas primeiras edições as capas da revista contavam sempre com uma frase “Contra o alcoolismo: em favor da hygidez mental”, as campanhas contra o alcoolismo eram assíduas, visto que esse era considerado um dos piores tipos de degeneração mental, afirma o Dr. Henrique Roxo, “Si não houvesse syphilis e alcoolismo, 80% das doenças mentais não existiriam.” (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1925, p. 151).

Para os médicos higienistas o alcoolismo era entendido da seguinte maneira: “Resumindo, uma Liga de Hygiene Mental só fará obra humana, sobre o problema do alcoolismo, se se cingir a estas preliminares: 1º) O alcoolismo é uma doença moral e seu remédio está na educação; 2º) O alcoolismo é uma doença social e seu remédio está na ordem [...]” (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1925, p. 151), sendo assim, o combate a essa doença seria um combate a degeneração social.

Assim, apresentam uma seção da revista em 1929: “A Liga Brasileira de Hygiene Mental, attenderndo á necessidade de intensificar cada vez mais a campanha contra o alcoolismo, resolveu [...] crear uma secção extra-numeraria destinada exclusivamente ao estudo daquele problema” (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1929, p. 12). Essas seções seriam resultados de estudos e

---

<sup>7</sup>Antônio Carlos Pacheco e Silva (1898-1989), foi um médico brasileiro, militar e político, diretor do Hospital do Juquery e da Liga Anticomunista Internacional. Atuou em inúmeras áreas, foi presidente do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo e responsável por disseminar as principais teorias eugenistas que relacionava raça e criminalidade.

reuniões de médicos que compunham a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) e discutiam sobre o alcoolismo.

Na edição 00001 da revista de 1929, a seção antialcoolismo tratou de assuntos que buscava enaltecer o “início vigoroso da repressão legal do vício”. Os médicos higienistas da LBHM desejavam do poder político ações que fossem apoiadas pela Liga no programa antialcoolismo. Nesse sentido, o autor discorre sobre um debate que houve na câmara municipal em que um intendente do partido comunista afirmava que a questão do álcool não poderia ser resolvida no regime político capitalista, visto que o Estado capitalista vive do imposto sobre o álcool e que “os capitalistas têm interesse em embrutecer as massas laboriosas, por meio do álcool, para continuarem dominando-as.” (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1929, p. 14). e então, o Dr. contestou a afirmação do intendente comunista:

Nesse artigo procurava eu mostrar o erro dos que desprezam o critério biológico, na preocupação unilateral de um economismo incapaz de explicar todas as questões sociaes. [...] Contra esses pobres seres a única therapeutica é a de ordem assistencial: reclusão durante certo prazo e depois liberdade vigiada, durante outros periodos. (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1929, p. 14)

Logo, os alcoolistas eram considerados degenerados que contribuíam com a desordem e improdutividade no trabalho industrial. Na edição 00002 da revista, em 1925, o Dr. Carlos Penafiel tratou de abordar o problema do alcoolismo nos meios operários. A LBHM buscava lançar projetos que ajudassem os empregadores a selecionarem bem seus operários das fábricas; esses projetos seriam mais uma forma de sanear as fábricas e melhorar a produtividade, por ser uma maneira de se livrarem dos operários alcoolistas, afirmam:

E' preciso contar com os operários, com os seus agrupamentos mais inteligentes, para que as sociedades de classe obtendo melhores condições de trabalho, eles próprios segreguem os retardados, os inadaptáveis, os degenerados, o “resíduo” que a lucta pelo progresso vae deixando á margem do caminho. (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1925, p. 151)

Assim, o alcoolismo, muito presente nas classes operarias e mais pobres, era considerado uma degeneração moral: “tive ocasião de acentuar que o alcoolismo, bem como os males, agora, apontados ao exame da mesma Liga, não são acidentes, são consequencias da grave e profunda crise moral e social dos nossos tempos.” (ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL, 1925, p. 14). Portanto, a LBHM buscava tratar de todas as doenças que poderiam afetar a saúde mental da população e trabalhavam unidos com a elite política, para que o país fosse civilizado e higiênico em todas suas camadas.

É pertinente ressaltar que a análise deste tópico baseou-se apenas na revista *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* (RJ), mas essa não foi a única revista que tratou acerca do álcool, pois era um tema latente entre os médicos alienistas no Brasil. Em 1914, na *Revista Medica de São Paulo* (SP), o Dr. Benjamin Moss escreveu sobre “O álcool do ponto de vista medico-legal, civil e criminal”:



De pae alcoolista, só póde provir uma descendencia cega, paralytica, defeituosa, impotente, desequilibrada e nulla. A frequencia do alcoolismo nos progenitores dos criminosos tem-se, e com razão, posto em paralelo com a transformação hereditária das nevroses em verdadeiras loucuras. Os paes afeitos ao alcool produzem filhos enfermos, rachiticos, tuberculosos, idiotas ou com predisposição para o crime, quando não morrem de convulsões. (REVISTA MEDICA DE S. PAULO, 1914, p. 199, 202)

Diante disso, os médicos alienistas estigmatizavam não apenas o sujeito viciado, mas também apontavam seus filhos como criminosos em potencial, logo, podemos observar que a medicina legal e a criminologia também se utilizaram de discursos da degenerescência para apoiar suas concepções.

Com base nos discursos médicos apresentados acima, em relação aos imigrantes e alcoolistas, observa-se que tais discursos, de alguma maneira, se entrelaçam pelo mesmo viés: a estigmatização da doença, produto biológico e hereditário, mas nunca visto como produto de sua própria sociedade. Logo, por essa ótica, os operários não bebiam por viverem sob as condições de trabalho precárias do mundo industrial, bebiam por serem sujeitos desordenados. Assim, observa Bauman (1998):

[...] e é uma visão da *ordem* - isto é, de uma situação em que cada coisa se acha em seu justo lugar e em nenhum outro. Não há nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da "ordem", sem atribuir às coisas seus lugares "justos" e "convenientes" - que ocorre serem aqueles lugares que elas não preencheriam "naturalmente", por sua livre vontade. O oposto da "pureza" - o sujo, o imundo, os "agentes poluidores" - são coisas "fora do lugar". Não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em "sujas", mas tão-somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram a pureza. (BAUMAN, 1998, p. 14)

Então, a LBHM declara que na sociedade idealizada por eles, no país civilizadamente impecável, não cabe o corpo que não produz; não cabe o corpo "sujo" da doença mental. Aquele incapaz de ser ordenado, deve ficar em seu devido lugar e esse lugar não seria o país que eles almejavam e trabalhavam para construir. Assim, o imigrante que fosse doente e o trabalhador que fosse alcoólatra não deveriam viver socialmente. Ao primeiro, estava destinado o seu próprio país e, ao segundo, os manicômios.

Assim, revisitemos o lema da República "ordem e progresso", em que se alicerça a sociedade moderna que sempre produz seus "estranhos", sujeitos que não devem se encaixar no ideal da ordenação. A sociedade moderna brasileira precisou criar seus "estranhos" para que os "normais" também pudessem existir, pois, para que um seja considerado ideal, o outro está, paralelamente, sendo rotulado como exótico. Novamente a ambivalência da modernidade aparece. É moderno o anseio por um "mundo perfeito" homogêneo que, por sua vez, implica a existência de um outro variável, heterogêneo. Portanto, a sociedade moderna não consegue existir apenas na sua utopia, ela precisa existir na realidade do mundo que se apresenta na ambivalência da vida humana.

#### **4 LIMA BARRETO: A LUCIDEZ DO LOUCO**

Dedicamos para esse tópico a análise dos relatos da experiência vivida nos hospícios por Lima Barreto, a partir do livro *Diário do Hospício* (2017), que é formado por descrições escritas pelo próprio Lima Barreto, enquanto paciente na sua segunda internação por alcoolismo.

O objetivo dessa análise é trazer para a discussão que estabelecemos até o momento uma inversão na ordem do discurso, possibilitando que este saia da posse do médico – que, amparado no cientificismo, detinha a verdade absoluta – e passe para a posse do louco. E é nessa troca de narrativas que permitimos, sobretudo, que o discurso do louco ganhe espaço para discorrer sobre os alienistas e seus métodos, explicando assim o título “A lucidez do Louco”.

A finalidade desse tópico não se exprime em uma análise a partir de um método comparativo, pois entendemos que dessa maneira o objetivo central de inverter as narrativas não seria atingido, visto que ao comparar os discursos novamente nos depararíamos com a voz alienista, assim tratou Foucault (1996) em relação ao discurso como forma de exclusão do louco:

Desde a Alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato [...] Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas. (FOUCAULT, 1996, p. 10–11).

Efetivamente, o que buscamos foi uma oportunidade para que o louco tenha voz diante de décadas de silenciamento e apagamento histórico, fazendo assim uma espécie de *crossover*<sup>8</sup>, procedimento muito utilizado no mundo cinematográfico, para conceber um cruzamento de ideias e contextos que expandem a gama de possibilidades da temática de interesse.

A segunda internação de Lima Barreto aconteceu em 25 de dezembro de 1919 no Hospital Nacional de Alienados no Rio de Janeiro, nessa época o diretor do hospital era o médico baiano Juliano Moreira, por quem o escritor tinha grande simpatia. Portanto, os manuscritos que compõem o livro *Diário do Hospício* (2017) foram escritos entre dezembro de 1919 e fevereiro de 1920, organizados e datados em 75 tiras de papel. Assim, o escritor, na condição de paciente, descreveu suas impressões sobre a autoridade do saber médico, dissertou lucidamente acerca dos conceitos de loucura, suas variações e formas por meio das quais era expressada.

Em seu diário, o intelectual Lima Barreto denuncia as condições precárias em que eram constituídos esses hospitais e escancara as violências que os pacientes sofriam. Também dedicou muitas páginas para falar dos loucos, fez análises minuciosas sobre como se comportavam, suas manias e delírios. É pertinente observar que as descrições de Lima Barreto acerca dos loucos revelam mais sobre quem eram eles que os próprios alienistas que os estudavam. Os manuscritos também comportam as angústias do escritor. Ele fala sobre sua vida e os motivos que o levaram para o vício em álcool; trata das suas dores e dificuldades. Sobretudo, ele evidencia, mais de uma vez, o desespero da internação.

Os apontamentos de Lima Barreto a respeito dos alienistas são extremamente pertinentes no sentido de que o escritor coloca em discussão a presunção do saber

---

<sup>8</sup>Termo da língua inglesa que significa “cruzamento” e, aqui, foi empregado para indicar o cruzamento de ideias distintas acerca do mesmo assunto.

médico e o academicismo que imperava nessa ciência, ao ser consultado pelo Dr. Henrique Roxo (1877-1969), o intelectual aponta:

Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir, em levantar um pouco o véu do mistério – que mistério! – que há na especialidade que professa. Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez; mas não lê a natureza. (LIMA BARRETO, 2017, p. 37)

Acerca do alienista da Seção Pinel, o pernambucano Antônio Austregésilo (1876-1960), Barreto escreve: “Não lhe tenho nenhuma antipatia, mas julgo-o mais nevrosado e avoado do que eu. É capaz de ler qualquer novidade de cirurgia aplicada à psiquiatria em uma revista norueguesa e aplicar, sem nenhuma reflexão preliminar, num doente qualquer.” (LIMA BARRETO, 2017, p. 45). Assim, de modo a refletir com ácida clareza, o escritor pontuava a arrogância de boa parte dos psiquiatras que conheceu, responsáveis por seu “tratamento”, e afirma que não confiava nas suas competências médicas, por acreditar que grande parte dos alienistas eram revestidos de um ar de superioridade em saberes que eram meramente reproduções do exterior.

Os médicos sequer chegavam perto do corpo, não investigavam os problemas vividos pelos pacientes, não se interessavam pelos sentimentos e angústias dos loucos. O escritor chama atenção para o academicismo exacerbado, até mesmo em psiquiatras jovens em formação, que demonstravam ter nenhum interesse no diálogo com os pacientes, “Tanto lá, como aqui, no Hospício, os internos evitam conversar com os doentes [...] Decididamente, a mocidade acadêmica, de que fiz parte, cada vez mais fica presunçosa e oca” (LIMA BARRETO, 2017, p. 37). Lima Barreto se indigna com essa autoridade médica que se atentava mais aos livros que aos doentes.

Para o intelectual, essa psiquiatria determinista se baseava em nomenclaturas e terminologias, sendo assim, não saía da classe das palavras. Estabelecendo um diálogo com o pensamento foucaultiano:

Acredita-se que Tuke e Pinel abriram o asilo ao conhecimento médico. Não introduziram uma ciência, mas uma personagem, cujos poderes atribuíam a esse saber apenas um disfarce ou, no máximo, sua justificativa. Esses poderes, por natureza, são de ordem moral e social; estão enraizados na minoridade do louco, na alienação de sua pessoa, e não de seu espírito. Se a personagem do médico pode delimitar a loucura, não é porque a conhece, é porque a domina; e aquilo que para o positivismo assumirá a figura da objetividade é apenas o outro lado, o nascimento desse domínio. (FOUCAULT, 1972, p. 498).

Desse modo, o médico alienista, enquanto figura essencial para a institucionalização da loucura, não necessitava conhecer a loucura que o louco carregava e vê-lo a partir da sua alma, bastava defini-lo e categorizá-lo em um tipo de loucura. Isso bastava para dominar esse saber e experimentar de modo indiscriminado os tratamentos que lhe achavam mais convenientes.

Lima Barreto questionava também a profundidade desse saber médico acerca da loucura, convivendo com os mais variados tipos de doentes mentais, o escritor discorre:

Que dizer da loucura? Mergulhado no meio de quase duas dezenas de loucos, não se tem absolutamente uma impressão geral dela. Há, como em todas as manifestações da natureza, indivíduos, casos individuais, mas não

há ou não se percebe entre eles uma relação de parentesco muito forte. Não há espécies, não há raças de loucos; há loucos só. [...] Há uma nomenclatura, uma terminologia, segundo este, segundo aquele; há descrições pacientes de tais casos, revelando pacientes observações, mas uma explicação da loucura não há. (LIMA BARRETO, 2017, p. 55)

Contradizendo as principais teorias que norteavam a psiquiatria naquele momento e buscavam definir e classificar os tipos de loucura, trabalhando para categorizar os loucos a partir da raça, nacionalidade, vícios e parentescos, Lima Barreto propõe reflexões sobre qual a possibilidade de classificar algo tão heterogêneo e imaterial como a loucura.

Tais apontamentos reafirmam que numa lógica de pensamento moderno é necessário exprimir a subjetividades em prol das definições. Para que na ciência positivista haja racionalidade é necessário se esforçar e recorrer as mais variadas causas para definir aquilo que se apresenta indefinido, ambivalente. Logo, é um esforço que os médicos alienistas deveriam fazer em prol da sua ciência, mesmo que fossem, por vezes, desonestos, tudo deveria ser definido, categorizado e tratado, assim atingindo o ideal de ordem.

Todavia, Lima Barreto põe em descrédito teorias de mais apreço aos médicos alienistas, a degeneração hereditária:

Procuram os antecedentes do indivíduo, mas nós temos milhões deles, e, se nos fosse possível conhecê-los todos, ou melhor, ter memória dos seus vícios e hábitos, é bem certo que, nessa população que cada um de nós resume, havia de haver loucos, viciosos, degenerados de toda sorte. [...] De resto, quase nunca os filhos dos loucos são gerados quando seus pais chegam ao estado agudo do vício e, pelo tempo de geração, bebem como todo mundo. Todas essas explicações da origem da loucura me parecem absolutamente pueris. Todo problema de origem é sempre insolúvel; mas não queria já que determinassem a origem, ou explicação; mas que tratassem e curassem as mais simples formas. Até hoje, tudo tem sido em vão, tudo tem sido experimentado; (LIMA BARRETO, 2017, p. 55)

As críticas carregadas de uma ácida lucidez colocam as concepções de uma psiquiatria determinista em questionamento. Mesmo em posição desfavorável de paciente e definido como louco, Lima Barreto expressa de modo assertivo suas inquietudes acerca desse saber que se coloca como verdade absoluta e, mesmo não fazendo parte desse mundo alienista como o homem que estuda, ele está nessa realidade como o homem que é estudado e que vivenciou as determinações desse saber. Logo, com propriedade no discurso enquanto quem experiencia o mundo do alienismo, o louco contesta a teoria estabelecida para explicá-la. Desse modo, é muito intrigante sua resistência à autoridade da instituição, que tem por objetivo silenciá-lo e excluí-lo.

O escritor que reconhecia ser um estudioso da sociedade, ainda que em posição de vítima, realiza uma análise das violências que os doentes sofriam desde a chegada ao hospício:

Estive no Pavilhão de Observação, que é a pior etapa de quem, como eu, entra aqui pelas mãos da polícia. Tiram-nos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelos ou tamancos nos dão. [...] Todos nós estávamos nus, as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoiévski, na *Casa dos mortos*. [...] Aí é que percebi que ficava e onde, na seção de indigentes, aquela em que a imagem do que a Desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável.

O mobiliário, o vestuário das camas, as camas, tudo é de uma pobreza sem par. [...] (LIMA BARRETO, 2017, p. 34, 36 e 39).

Logo, Barreto (2017) denuncia primeiramente como a polícia era o veículo que auxiliava na identificação dos “supostamente loucos” para encaminhá-los aos hospícios, além da brutalidade e repressão típica da estrutura policial, nesse sentido também havia certa confusão nos procedimentos, porque, de alguma forma, o louco é confundido com o criminoso e igualmente passaria pela reclusão, mas, ao invés de ser encaminhado diretamente para o presídio, ele é separado da sociedade, como um réu sem culpa e sem data para o fim da sentença, e levado para outro tipo de encarceramento disfarçado de “tratamento”.

Assim, observamos que o doente acometido de alcoolismo sofre a primeira violência pelo poder policial e, em seguida, ao chegar ao hospício, a violência da desumanização com a precariedade do que lhe é oferecido. Neste momento ocorre o que Goffman (2015) afirma ser o momento em que a institucionalização do sujeito é capaz de modelar a concepção que ele tem de si mesmo, visto que a partir do momento da internação o paciente entende que “as linhas básicas de seu destino começam a seguir as de toda uma classe de estabelecimentos segregados” (GOFFMAN, 2015, p.126).

Seguindo nessa perspectiva, as experiências de mortificação (Goffman, 2015) de Lima Barreto são narradas pelo escritor de maneira evidente, mas consciente das causas o que levaram ao vício:

De mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há seis anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio. [...] Muitas causas influíram para que viesse a beber; mas de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente. Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com minha instrução; [...] A minha dor ou as minhas dores aumentavam ainda; e, cheio de dívidas, sem saber como pagá-las [...] Digo com franqueza, cem anos que viva eu, nunca poderão apagar-me da minha memória essas humilhações que sofri. [...] Esta passagem várias vezes no Hospício e outros hospitais deu-me não sei que dolorosa angústia de viver que me parece sem remédio a minha dor. (LIMA BARRETO, 2017, p. 34, 49, 50 e 67)

A vulnerabilidade expressa pelo escritor, que nessas palavras se apresenta primeiro como paciente, demonstra a força da institucionalização em mortificar o sujeito. As angústias de Lima Barreto, as reflexões sobre sua história de vida e suas escolhas, a mistura de sentimentos que se confundem entre arrependimento, culpa, vergonha, preocupações e a negatividade que expressa com desconsolo sua situação, revelam como a forma de viver dentro de um sistema de internação era capaz de apagar, pouco a pouco, a vontade de vida do paciente: “Ontem matou-se um doente, enforcando-se. Escrevi nas minhas notas: Suicidou-se no Pavilhão um doente. O dia está lindo. Se voltar a terceira vez aqui, farei o mesmo” (LIMA BARRETO, 2017, p. 68). O desespero de estar em uma reclusão quase que perpetua – que para muitos realmente foi – um tipo de reclusão que exige conviver com a angústia de não saber a data de saída e nem se haverá.

Sendo assim, ao analisar os escritos de Lima Barreto a partir de um relato de vida, seu diário, notamos que mesmo diante de uma grande lucidez, percebendo as

nuances da autoridade médica e encorajado para tecer suas críticas, Barreto não deixou de ser um paciente vítima do poder supremo da instituição.

Observamos ao longo de seu diário que mesmo buscando resistir àquele tipo de tratamento, entendendo-o como falho e insuficiente, o escritor ainda é um paciente e sua vida ainda está sendo determinada pelo institucional. Nesse sentido, é evidente o poder das instituições na vida do sujeito e, ao aprisioná-lo, mesmo que não haja uma verdadeira patologia mental, ela vai sendo produzida pelo próprio sistema institucional e, de forma avassaladora, interfere na vida do sujeito deixando marcas eternas, física e psicologicamente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o percurso desta de pesquisa, identificamos que certos modelos institucionais foram utilizados pelos governos para a manutenção de seus projetos políticos. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo principal identificar essa relação direta entre a implantação do regime republicano no Brasil e a construção dos manicômios. Assim, constatamos que, efetivamente, essa relação aconteceu a partir do discurso médico, visto que este tornou-se responsável por sanear uma nação que, aos olhos republicanos, estava doente. Tais projetos saneadores se deram de modo autoritário e segregador.

Apoiados em teorias importadas da Europa, os alienistas definiram os sujeitos “loucos” do país baseando-se em concepções higienistas e eugenistas. Nesse processo, o estigma do doente se fez presente, de modo que se construísse uma visão equivocada acerca da loucura. Foi possível identificar que tais definições da loucura focalizaram em indivíduos marginalizados, visto que a base das concepções psiquiátricas levava em consideração raça, etnia, fatores hereditários e a moralidade do sujeito. Logo, os principais alvos da jovem psiquiatria brasileira foram os grupos menos favorecidos, como os trabalhadores industriais, negros, imigrantes e prostitutas.

Os asilos-colônias foram construídos para tratar os “os loucos da república”, se utilizando de terapias a partir do trabalho manual e agrícola. Essas instituições totais se tornaram verdadeiros depósitos de humanos indesejados, uma violência institucional que exclui o paciente do meio social, afetando diretamente seu modo de vida, mas garantindo o controle social: real objetivo do poder público com a construção desses hospitais psiquiátricos.

Sendo assim, é na figura de Lima Barreto que encontramos outro discurso acerca da loucura. Do lugar de paciente, ele descreveu as problemáticas da institucionalização da loucura. A partir da sua coragem e resistência, podemos compreender como era o tratamento psiquiátrico nos primórdios do Brasil, com os sujeitos que acabavam condenados aos manicômios.

Mesmo após as lutas antimanicomiais que ocorreram no Brasil a partir de 1970, com o Movimento da Reforma Psiquiátrica, instituições como o Asilo-Colônia de Juquery existiram por mais de um século, encarcerando vidas inteiras. Alicerçado a isso, este artigo atinge o seu fim com a perspectiva de contribuir socialmente em aspectos institucionais, profissionais e pessoais, nessa ordem, pretende beneficiar o banco de pesquisas desenvolvidas na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com a realização de um estudo responsável e analítico acerca da história da loucura.

Profissionalmente, contribui com o resgate historiográfico desse tema tão pertinente na atualidade que é a saúde mental. Um estudo sobre a loucura, ao traçar

os discursos que historicamente favoreceram a preservação de estigmas, colabora com as pesquisas no campo da História e em outras áreas destinadas a estudar os fatores sociais.

Por fim, acreditamos contribuir diretamente com a luta contra políticas de encarceramento e exclusão social, de modo que as instituições não tenham mais o direito de definir de forma arbitrária o destino das pessoas. Que possamos encontrar na ciência maneiras seguras, responsáveis e humanas de tratamento e que o apagamento histórico não se consolide mais como uma maneira de se livrar daqueles que são considerados um problema para a sociedade, mas que possamos compreender que somos produtos dela.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BENELLI, Silvio José. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2014. *E-book*.

CUNHA, Maria Clementina Pereira Da. **Cidadelas da ordem: a doença mental na República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CUNHA, Maria Clementina Pereira Da. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PIZZOLATO, Pier Paolo Bertuzzi. **O Juquery: sua implantação, projeto arquitetônico e diretrizes para uma nova intervenção**. Dissertação (Mestrado em

Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

REIS, José Roberto Franco. **Higiene Mental e Eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920 - 30)**. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 1994.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloísa. A Primeira República e o povo nas ruas. *In:\_\_\_\_\_*. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 318-350.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As faculdades de medicina ou como sanar. *In:\_\_\_\_\_*. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 247-312.

WEYLER, Audrey. A loucura e a República no Brasil: a influência das teorias raciais. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 17-34, mar. 2006.

#### Fontes:

**Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro, ed. 1, p. 11-166, 1925. Disponível em:  
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=160369&pagfis=1>. Acesso em: 10 de abr. de 2024.

**Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro, ed. 1, p. 12-16, 1929. Disponível em:  
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=160369&pagfis=437>. Acesso em: 12 de abr. de 2024.

**Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro, ed. 2, p. 29-40, 1932. Disponível em:  
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=160369&pagfis=1203>. Acesso em: 17 de abr. de 2024.

BARRETO, Lima. Diário do Hospício. *In:\_\_\_\_\_*. **Diário do Hospício; O cemitério dos vivos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

**Brazil Medico**, Rio de Janeiro, v. 28, 1914, p. 136-138. Disponível em:  
<https://www.obrasraras.fiocruz.br/gallery.php?mode=gallery&id=39&page=1>. Acessado em: 03 de mar. de 2024.

**Gazeta Medica da Bahia**, Bahia, ed. 167-168, 1874, p. 375-381. Disponível em:  
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=165646&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=1469>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.



**Gazeta Medica da Bahia**, Bahia, ed. 27, 1895, p. 15-40. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=165646&Pesq=o%20grande%20alienista%20esquirol&pagfis=12756>. Acesso em: 28 de mar. de 2024.

**Gazeta Medica da Bahia**, Bahia, ed. 30, 1898, p. 435-447. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=165646&Pesq=o%20grande%20alienista%20esquirol&pagfis=14959>. Acesso em: 28 de mar. de 2024.

**Revista Medica de São Paulo**, São Paulo, ed. 5, 1901, p. 73-79. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=229334&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=159>. Acesso em: 15 de abr. de 2024.

**Revista Medica de São Paulo**, São Paulo, ed. 11, 1902, p. 210-213. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=229334&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=2593>. Acesso em: 15 de abr. de 2024.

**Revista Medica de São Paulo**, São Paulo, ed. 12, 1914, p. 194-203. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=229334&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=14184>. Acesso em 15 de abr. de 2024.

## AGRADECIMENTOS

Muito me alegra escrever os agradecimentos deste trabalho por entender que esse passo indica a finalização do mesmo, mas sobretudo, me alegra saber que esse é o local do trabalho destinado a declarar minha gratidão. Assim, escrevo e me recordo que nessa vida ninguém vive sozinho e que as pessoas ocupam lugares essenciais em cada processo à medida que vivemos.

Agradeço a minha família, por sempre acreditarem nas minhas potencialidades e dentro das suas possibilidades sempre me apoiaram, em especial as minhas tias, Amélia Benedito da Silva que sempre foi uma inspiração para mim com sua determinação e resiliência, e sempre esteve ao meu lado apoiando meus sonhos das mais variadas formas. E Eliane Benedito da Silva, que nunca mediu esforços para me amparar, me levar para casa com segurança, igualmente me apoiando, à essas duas mulheres incríveis da minha vida, o meu muito obrigada.

Ao meu querido irmão, João Augusto Silva que esteve ao meu lado por toda a vida em momentos de tristezas e alegrias, sei que podemos sempre recorrer um ao outro e que nossa união e irmandade prevaleça acima de qualquer obstáculo, com todo amor de uma irmã mais velha te agradeço.

As minhas amadas amigas, Guilhermina Santos, Katarina Queiroz e Kethyane Cabral, agradeço por serem minha família na Paraíba, por todo carinho e preocupação que sempre expressaram por mim, pelas risadas e momentos que vivemos juntas, vocês são minhas irmãs do coração, sou eternamente grata pela existência de cada uma e pela dedicada amizade que construímos, vocês foram fundamentais nessa história.

À Maria Júlia Rosendo, minha amada parceira de vida, a quem aprendi que o amor pode ser uma força motora que impulsiona a vida, seu amor, sua alegria, seu cuidado, sua energia vital alegram minha alma e sem sua persistência e apoio em todos os sentidos esse trabalho não seria possível, te agradeço imensamente por ser a minha paz diária, o meu tudo.

À minha querida Islândia Rosendo, agradeço por ser uma mulher tão inspiradora e forte, que sempre me apoiou e acreditou no meu potencial, seu cuidado de mãe aquece o meu coração e seus incentivos foram essenciais.

Minha gratidão ao professor José Adilson Filho, meu orientador, que sempre teve um olhar humano para com seus alunos, que vive pela ciência e o ensino, não me deixou desistir, sempre me apoiando e incentivando, o meu muito obrigada professor, seu auxílio neste trabalho foi fundamental.

Agradeço também todos os meus professores da graduação, que contribuíram para esse momento, cada um à sua maneira se torna importante na minha trajetória acadêmica, bem como agradeço também todas aquelas que vieram antes de mim, pesquisadoras, professoras e historiadoras, que abriram as portas de espaços que antes nos eram negados, obrigada por toda resistência e trabalho duro.

Por fim, agradeço a mim, que não me permiti desistir dos meus objetivos mesmo diante aos obstáculos da vida adulta, por ser sonhadora, resiliente e sempre dar o meu melhor para conquistar as melhorias que almejo em minha vida, encerro esse ciclo com gratidão e coragem para alçar novos voos.